

Diário Notícias	Periodicidade: Semanal
11-11-2022	Classe: Informação Geral
	Âmbito: Nacional
	Página(s): 1,9



55 dias: Miguel Alves deixa governo após polémicas enquanto autarca

DEMISSÃO Mandato do agora ex-secretário de Estado Adjunto foi marcado por suspeitas que o deixaram fragilizado. Deputados do PS e Ana Gomes já tinham pedido a saída de Miguel Alves.

TEXTO RUI MIGUEL GODINHO

Nem dois meses completos. Na verdade, foram 55 (de 16 de setembro a 10 de novembro) os dias que o agora demissionário secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro Miguel Alves esteve em funções. O pedido de demissão chegou ontem ao final da tarde, após a notícia de que o Ministério Público (MP) o acusou do crime de prevaricação no âmbito da Operação Teia. Inicialmente avançada pelo *Observador*, a notícia foi depois confirmada ao DN por fonte da Procuradoria-Geral da República (PCR).

Na carta ontem divulgada, Miguel Alves afirma que, "face à acusação deduzida pelo Ministério Público", entendeu não estarem reunidas condições para a sua continuidade no cargo. "Estou de consciência tranquila e absolutamente convencido da legalidade de todas as decisões que tomei ao serviço da população de Caminha e muito empenhado em defender a minha honra no local e tempo próprio da justiça", reitera. Momentos depois, surgiu a posição do primeiro-ministro, que comunicou: "O primeiro-ministro recebeu e aceitou o pedido de demissão do dr. Miguel Alves das funções de secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro, tendo já proposto a sua exoneração ao senhor Presidente da República". Este, por sua vez, também aceitou a demissão, segundo um comunicado divulgado na página oficial da Presidência da República.

No espaço de duas semanas, o ex-autarca de Caminha viu o seu nome envolvido em duas polémicas diferentes: além da Operação Teia — cuja extração de uma certidão resultou na acusação de ontem —, Miguel Alves está ainda a ser investigado pelo Ministério Público por um alegado contrato duvidoso de 300 mil euros assinado enquanto estava à frente dos destinos da vila minhota. Então, Miguel Alves terá assinado um contrato com uma empresa para a construção de um centro de exposições em Caminha. O contrato foi assinado em 2020, a obra para a construção do centro ainda não arrancou.

Por outro lado, a Operação Teia — da qual se deduziu ontem a acusação — investigou o envolvimento do



Miguel Alves (à esq.) entrou no governo em meados de setembro, aquando da renovação do Ministério da Saúde.

antigo autarca Joaquim Couto e da sua mulher, Manuela Couto, num alegado esquema de influências políticas, que pressionava autarcas e responsáveis de entidades públicas para contratar, sobretudo por ajuste direto, cinco empresas do universo familiar. Uma dessas terá sido a Mit - Make it Happen, Lda., que realizou contratos com a autarquia de Caminha entre abril de 2015 e julho de 2016, e que terá sido contratada para serviços de comunicação e marketing num contrato com um valor aproximado de 20 mil euros, segundo o *Observador*.

Após as polémicas, membros do governo vieram a público por diversas vezes defender o secretário de Estado Adjunto. Primeiro, foi o próprio António Costa a não deixar cair Miguel Alves, reiterando a confiança política no adjunto; já ontem, foi a vez de dois ministros: Mariana Vieira da Silva, da Presidência, e Pedro Adão e Silva, da Cultura. A ministra negou uma dualidade de critérios entre casos dentro do Executivo e comparou este ao processo *Galpgate*, em que houve membros de governo a serem suspeitos de recebimento indevido de vantagem, mas há diferenças: ambos os secretários de Estado pediram a demissão antes de

pedirem à justiça a sua constituição como arguidos no processo. O ministro da Cultura seguiu a mesma lógica argumentativa: "Que eu saiba, o estatuto de arguido existe para nos protegermos perante a justiça. Tenho registado as interpretações que têm sido feitas sobre o conceito de arguido. Não é ser acusado ou condenado".

Mas a posição do governo tem

sido criticada dentro do próprio PS. Primeiro, foi a ex-ministra e atual deputada Alexandra Leitão a deixar críticas no programa Princípio da Incerteza, da CNN Portugal, considerando o caso "um bocadinho incompreensível" e a postura de Miguel Alves — que só reagiu ao fim de uma semana — "inaceitável". Também a deputada socialista Isabel Moreira criticou de forma veemente, na antena da CNN, a postura do agora ex-secretário de Estado: "Demita-se ou seja demitido" após um conjunto de respostas "risível" que o ex-governante deu (de que manteve o silêncio público para se explicar, primeiro, à Procuradoria-Geral da República). "Ele próprio levanta uma suspeição sobre aquilo que leva a que haja uma suspeição sobre aquela pessoa, ou seja levantando uma suspeição sobre o sistema de justiça e isto é uma coisa que eu acho de uma gravidade inaceitável", considerou.

Também a ex-eurodeputada Ana Gomes foi perentória na sua posição pública: "Julgamento ético e político é só um. Miguel Alves não tem condições para continuar", declarou em entrevista à Rádio Observador, na passada terça-feira.

rui.godinho@dn.pt

CRONOLOGIA

Contrato de 300 mil€ por pavilhão

Caminha

A Câmara de Caminha, então liderada por Miguel Alves, realizou vários contratos com a sociedade Mit - Make it Happen, entre abril de 2015 e julho de 2016. As suspeitas do Ministério Público são que o autarca tenha favorecido em adjudicações o ex-autarca socialista Joaquim Couto e a sua mulher.

Pavilhão

Em 2020, Miguel Alves, ainda presidente da autarquia, terá feito um adiamento de 300 mil euros à empresa Green Endogenous e ao empresário Ricardo Moutinho para o projeto de um pavilhão multissuportos ainda por construir e sem garantias, como noticiou o *Público*. Neste caso, o MP decidiu abrir um inquérito ao secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro.

Nomeado para adjunto

A 15 de setembro soube-se que António Costa tinha escolhido para seu secretário de Estado Adjunto Miguel Alves. Um lugar que não tinha sido previsto na primeira organograma do atual governo.

Pedidos de demissão

Depois dos dois casos em que o secretário de Estado adjunto está envolvido terem vindo a público, e de muita pressão da oposição, começaram-se a levantar vozes entre os socialistas no sentido da demissão de Miguel Alves. A primeira foi a antiga secretária de Estado e ministra, agora deputada, Alexandra Leitão. Seguiu-se a deputada Isabel Moreira e Ana Gomes.

Silêncio de uma semana

O secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro manteve-se em silêncio durante uma semana e não deu explicações para os casos que vieram a público.

Entrevista TSF/JN

Só a 6 de novembro, em entrevista TSF/JN, Miguel Alves tentou justificar o silêncio sobre o caso. "Entendi que as minhas primeiras palavras deviam ser junto da PCR", disse, já nessa entrevista admitiu ter consciência que, "com este enredo de insinuações e suspeições, acabam por prejudicar e atacar a minha credibilidade". E confessou que deu nota ao primeiro-ministro do que se estava a passar e recebeu, disse, "toda a força necessária." Ontem apresentou a demissão.